

Serviço de
Apoio às
Micro e
Pequenas
Empresas
da Paraíba -
SEBRAE/PB

Demonstrações financeiras em
31 de março de 2018

Sumário

Balanço Patrimonial	2
Balanço Orçamentário	3
DRE	4
DFC	5
DMPL	6
DRA	7
Notas Explicativas	8

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/PB

Balancete Patrimonial

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e Equivalentes de caixa	4	18.846	11.480	Emprestimos e Financiamentos	12	967	541
Creditos a receber	5	1.138	1.217	Remuneracoes e Encargos	13	279	650
Numerarios vinculados a programas e projetos	6	2.477	824	Obrigações Tributarias	14	1.992	2.720
Adiantamentos Concedidos	7	64	509	Obrigações com convênios e contratos	15	737	791
Convênios e acordos a executar	8	578	578	Obrigações trabalhistas	9.b	4.299	3.416
Creditos com o Sistema SEBRAE	9.a	3.611	8.305	Contas a Pagar			
Outros Créditos	10	23	28	Obrigações com o Sistema SEBRAE			
Total do ativo circulante		26.737	22.941	Total do passivo circulante		8.274	8.118
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Creditos com o Sistema SEBRAE		-	0	Provisões	16	1.351	992
Depositos realizáveis		-	0	Obrigações com o Sistema SEBRAE	9.b	5.940	1.817
Aplicações financeiras		-	0	Outras obrigações a apropriar		200	200
Outros créditos		-	0	Total do passivo não circulante		7.491	3.009
Total do ativo não circulante		-	0	Total do passivo exigível		15.765	11.127
Total do ativo		26.737	22.941	Patrimônio líquido			
				Superávits acumulados	17	19.250	13.818
				Superávit(déficit) do período / exercício		(835)	5.402
				Ajuste de avaliação patrimonial		3.321	3.352
				Total do patrimônio líquido		21.736	22.572
				Total do passivo e do patrimônio líquido		37.501	33.699

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Walter Aguiar
Diretor Superintendente

Luiz Alberto Gonçalves Amorim
Diretor Técnico

João Manoel da França Neto
Diretor de Administração e Finanças

João Paulo de Araújo
Contador (CRC PB 010917)

*Layout alterado para padronização das demonstrações no Sistema SEBRAE

Período: Janeiro a março de 2018 Balanço Orçamentário - Sebrae/PB (Orçamento aprovado pela Res. 19/2016) R.\$ mil

Receitas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		Despesas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		%	Δ %
		Previsão Original (b)	Execução (c)			Previsão Original (b)	Execução (c)		
Receitas Correntes	13925	71601	14317	0	11237	70981	14580	0	129,75
Contribuição Social Ordinária-CSO	10896	43851	12526		6153	29197	10452	35,8	169,9
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	1490	16585	819	Despesas Correntes	2974	31778	2441	7,7	82,1
Contribuições (Parceiros + Sebrae/NA)	0	744	0	Despesas Correntes	1861	8808	1523	17,3	81,8
Contribuições Financeiras	395	400	355	Despesas Correntes	249	766	164	21,4	65,9
Contribuições Beneficiárias	1060	9681	561	Despesas Correntes	0	432	0	0,0	#DIV/0!
Outras Receitas	84	340	56	Despesas Correntes	0	432	0	0,0	#DIV/0!
Déficit Corrente	0	0	263	Superávit Corrente	2688	1510	-263	0	176
Receitas de Capital	0	0	6026	Despesas de Capital	150	1510	264	0	176
Contribuição de Bens	0	0	6026	Despesas de Capital	119,00	970,00	127,00	13,1	106,7
Contribuição de Crédito / Receb. Empréstimos	0	0	6026	Investimentos / Outros	31,00	540,00	137,00	25,4	441,9
Contribuição de Exercícios Anteriores	0	0	6026	Amortização de Empréstimos	0	2610	0	0,0	#DIV/0!
Receitas Totais	13925	75101	20343	Fundo de Reserva	11387	75101	14844	0	130,359
Déficit Total	0	0	0	Despesas Totais	2538	5499	20343	27,0875	146,09
Total Geral	13925	75101	20343	Superávit Total	13925	75101	20343	27,0875	146,09

Walter Aguiar
Diretor Superintendente

João Monteiro da Franca Neto
Diretor de Administração e Finanças

Luiz Alberto Gonçalves Amorim
Diretor Técnico

João Paulo de Araújo Medeiros
Contador CRC PB 010917

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/PB
Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2018	31/03/2017
Receitas			
Contribuição social líquida (CSO/CSN)	18	13.345	12.386
Receitas empresas beneficiadas	19	561	1.060
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros	20	79	84
Outras receitas operacionais			
Total das Receitas		13.985	13.530
Despesas			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	21	(10.452)	(6.153)
Serviços profissionais e contratados	22	(2.441)	(2.974)
Custos e despesas de operacionalização	23	(1.523)	(1.861)
Encargos diversos	24	(87)	(135)
Despesas com transferências e com programas e convênios	25	(406)	(99)
Despesas com provisões		(159)	(212)
Depreciação e amortização		(75)	(2)
Outras despesas operacionais			
Total de Despesas		(15.143)	(11.436)
Superávit antes do Resultado Financeiro Líquido		(1.158)	2.094
Receita Financeira		355	395
Despesa Financeira		(32)	(54)
Resultado Financeiro Líquido (receita financeira/variáveis	26	323	341
Superávit (déficit) do período		(835)	2.435

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Walter Aguiar
 Diretor Superintendente

Luiz Alberto Gonçalves Amorim
 Diretor Técnico

João Monteiro da Franca Neto
 Diretor de Administração e Finanças

João Paulo da Silva Medeiros
 Contador - CRC PB 010917

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE /PB

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/03/2018	31/03/2017
Resultado do período	(835)	2.435
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	159	211
Baixa de bens	-	-
Provisões Circulantes	-	-
Provisões não circulantes	359	(15)
	(317)	2.631
Redução (aumento) nos ativos:		
Creditos a receber	80	(37)
Numerários vinculados a convênios e programas	(1.653)	(3.324)
Adiantamentos Concedidos	445	538
Adiantamentos de convênios e acordos a executar	-	39
Créditos com o Sistema SEBRAE	4.694	(258)
Outros créditos circulantes	2	20
Créditos com o Sistema SEBRAE de longo Prazo	-	-
Depósitos realizáveis a longo prazo	-	-
Outros créditos não circulantes	-	-
	3.568	(3.022)
Aumento (redução) nos passivos:		
Empréstimos e Financiamentos	-	-
Remuneração e Encargos	425	(66)
Obrigações Tributárias	(370)	(248)
Obrigações com convênios e contratos	-	4
Contas a pagar	(54)	351
Obrigações trabalhistas	(728)	(381)
Obrigações com o Sistema SEBRAE	5.006	1.303
	4.279	963
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	7.530	572
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(127)	(112)
Aplicações financeiras em fundos de investimento	-	-
Correção monetária sobre obrigações	(37)	(44)
Resgates financeiros em fundos de investimento	-	-
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de investimento	(164)	(156)
Fluxo de caixa das atividades de Financiamento		
Amortização de operações com o Sebrae Nacional	0	0
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	7.366	416
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	18.846	11.750
(-) Caixa e equivalentes de caixa no início do período	11.480	11.334
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	7.366	416

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Walter Aguiar
Diretor Superintendente

João Montefiro da França Neto
Diretor de Administração e Finanças

Luiz Alberto Gonçalves Amorim
Diretor Técnico

João Paulo de Almeida Mesquita
Contador - CRC PB 010917

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/PB
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Superávit (déficit) acumulado	Superávit (déficit) do período	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.658	4.029	3.483	17.170
Incorporação do superávit(déficit) do exercício anterior	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	31	(31)	-	-
Superávit (déficit) do período	-	2.435	-	2.435
Saldo em 31 de março de 2017	9.689	6.464	3.452	19.605
Incorporação do superávit (déficit) do exercício anterior	13.817	5.401	3.353	22.571
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	32	-	(32)	-
Superávit (Déficit) do período	-	(835)	-	(835)
Saldo em 31 de março de 2018	13.849	4.566	3.321	21.736

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Walter Aguiar
 Diretor Superintendente

João Monteiro da França Neto
 Diretor de Administração e Finanças

Luiz Alberto Gonçalves Amorim
 Diretor Técnico

João Paulo de Araújo Mendes
 Contrato - CRC PB 010917

*Layout alterado para padronização das demonstrações no Sistema SEBRAE

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE

Demonstração de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/03/2018	31/03/2017
Superávit (déficit) do período	(835)	2.435
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(835)	2.435

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Walter Aguiar
Diretor Superintendente

João Monteiro da Silveira Neto
Diretor de Administração e Finanças

Luiz Alberto Gonçalves Amorim
Diretor Técnico

João Paulo de Araújo Mesquita
Contador - CRC PB 010917

*Layout alterado para padronização das demonstrações no Sistema SEBRAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Paraíba (“SEBRAE/PB” ou “Entidade”) é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Avenida Maranhão, nº 983 - Bairro dos Estados - João Pessoa/PB.

O âmbito de atuação do SEBRAE/PB constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado da Paraíba, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/PB recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

O SEBRAE/PB é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma

ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da COFINS de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

O SEBRAE/PB faz o recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, de acordo com lei complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e decreto nº 25.508 de 19 de janeiro de 2005 que define as notas fiscais de serviços, regulamenta a forma e prazo de recolhimento, da Secretaria de Fazenda.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as Normas Brasileiras de Contabilidade (coletivamente "NBC TG") emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico nº 27, instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano Previdenciário patrocinado pela Entidade.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

A Diretoria Executiva da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 31 de março de 2018.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 11), provisões para contingências (Nota Explicativa nº 16) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 27). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a. *Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego*

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado (vide Nota Explicativa nº 27).

b. *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 28).

c. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. (Nota Explicativa nº 16).

d. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais que variam entre 3% a 33,33%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3 Práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de contribuição Social Ordinária - CSO é relacionada com as transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês seguinte ao de sua competência (Nota Explicativa nº 18). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades Regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional - CSN é relacionada à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos (Nota Explicativa nº 18).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem.

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 19).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o contas a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil (Nota Explicativa nº 06).

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 15).

(iii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada, data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

c. Classificação entre circulante e não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo (Nota Explicativa nº 11).

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (custo atribuído).

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes (ao ano):

Edifícios	33 anos
Máquinas e equipamentos	8 anos
Utensílios e acessórios	10 anos
Equipamentos de informática (impressora, scanner, outros)	3 anos
Equipamentos de informática (ativos rede, suporte)	5 anos
Equipamentos de informática (racks)	15 anos
Veículos	5 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

e. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

f. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado e o intangível, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída

de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos (Nota Explicativa nº 16).

h. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável (Nota Explicativa nº 14).

Benefícios pós-emprego

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Paraíba - SEBRAE/PB é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE/PB reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE/PB contrata anualmente um atuário qualificado (Nota Explicativa nº 27).

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas e alterações previstas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018: NBC TG 47 – Receita de contrato com clientes; NBC TG 48 Instrumentos Financeiros e Contratos de Arrendamento para 2019.

Com base em avaliação preliminar a entidade não espera impactos significativos no reconhecimento da receita de serviços no que se refere à NBC TG 47, como também no reconhecimento de seus instrumentos financeiros conforme NBC TG 48,

Desta forma, a entidade revisará seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração dos itens sujeitos às alterações correspondentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2018	31/12/2017
Contas bancárias (i)	642	670
Aplicações financeiras (ii)	20.087	10.810
(-) Ajuste na disponibilidade (iii)	(1.883)	-
Total	18.846	11.480

- (i) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas-correntes bancárias, cuja posição, no exercício findo em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, conforme descrito a seguir:

Bancos	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	335	509
Caixa Econômica Federal	307	161
Total	642	670

- (ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado a seguir:

Bancos	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	13.017	4.302
Caixa Econômica Federal	4.431	3.866
Banco do Nordeste do Brasil	2.717	2.676
Sub Total	20.165	10.844
(-) Provisão IR	(78)	(34)
Total	2.087	10.810

- (iii) Valor referente a transferência de recursos vinculados à execução de CSN.

5 Créditos a receber*

	31/03/2018	31/12/2017
Créditos a receber (i)	395	206
Cheques e cartão (ii)	743	1.011
Total	1.138	1.217

- (i) Créditos a receber referente a operações de venda de produtos e cursos;
(ii) Refere-se a Cheques e Cartões com possibilidades de recebimentos com processos iniciados.

***Layout alterado para padronização das demonstrações no Sistema SEBRAE**

6 Numerários vinculados a programas e projetos

	31/03/2018	31/12/2017
Contas bancárias	2	2
Total	2	2
Aplicações financeiras		

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas da Paraíba - SEBRAE/PB
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2018*

Banco do Brasil	592	822
	592	822
Recursos vinculados a CSN	1.883	-
	1.883	-
Total	2.477	824

Correspondem a Recursos Financeiros vinculados aos programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE/PB, e que são apresentados separadamente da rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixas”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03.

Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/PB. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios.

7 Adiantamentos concedidos

O grupo é formado pelos adiantamentos a empregados e a terceiros e por créditos diversos relativo à contribuição social a receber do exercício anterior, conforme apresentado a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Adiantamentos a empregados	64	504
Adiantamento a terceiros	-	5
Total	64	509

Os valores de Adiantamentos a empregados e a terceiros, correspondem ao adiantamento de férias de funcionários do mês seguinte.

8 Convênios e acordos a executar*

Refere-se a recursos liberados de convênios com entidades parceiras, aguardando a comprovação de despesa através de prestação de contas.

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Convênios liberados – antigos	671	671
Convênios liberados – 2013	369	369
Convênios liberados – 2014	1.158	1.158
Convênios liberados – 2015	822	822
Convênios liberados – 2016	444	444
Convênios liberados – 2017	412	412
Sub Total	3.876	3.876
(-)Execuções de convênios	(2.890)	(2.890)
(-)Devolução de convênios	(408)	(408)
Sub Total	(3.298)	(3.298)
Total	578	578

***Layout alterado para padronização das demonstrações no Sistema SEBRAE**

9 Transações com o sistema Sebrae*

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- a) Créditos com o sistema SEBRAE;
- b) Obrigações com Sistema SEBRAE;
- c) Pessoal chave da Administração;
- d) Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV).

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

a. *Créditos com o Sistema SEBRAE*

	31/03/2018	31/12/2017
Recursos de CSO a receber (i)	3.611	7.565
Recursos de CSN a receber	-	740
Total	3.611	8.305

- (i) Nesta rubrica são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Ordinárias – CSO”. O saldo remanescente de CSO registrado em dezembro de 2017 foi recebido no início do exercício de 2018. Conforme diretrizes orçamentárias definidas para a elaboração do Plano Plurianual do período de 2018 a 2019 e do orçamento de 2018 do sistema SEBRAE, são estabelecidas as receitas sociais ordinárias para cada unidade do SEBRAE.

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

b. *Obrigações com o Sistema SEBRAE*

Descrição	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
CSN a devolver (i)	1.883	-	1.883	2.870	-	2.870
CT. 366/2015 – Imobilização (ii)	554	1.709	2.263	546	1.817	2.363
CT. 777/17 - Plano Desligamento Incentivado (ii)	1.862	4.231	6.093	-	-	-
Total	4.299	5.940	10.239	3.416	1.817	5.233

- (i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais - CSN” recebidas e ainda não aplicadas nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-15, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2018 os acertos contábeis no SEBRAE/PB e no

SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício;

- (ii) Estão contabilizados nesta rubrica o saldo da conta de antecipação de recursos a comprovar, proveniente de recursos recebidos do SEBRAE N/A, destinados para a ampliação e reforma da Agência Regional de Campina Grande - PB e ao Plano de Demissão Incentivada.

Reforma da Agência de Campina Grande	31/03/2018	31/12/2017
Saldo inicial	2.363	2.436
Captação	-	104
Correção Monetária	38	169
Pagamentos Principal/Juros	<u>(138)</u>	<u>(346)</u>
Saldo final	<u>2.263</u>	<u>2.363</u>

(a) *Termos e condições*

Contrato	Data	Modalidade	Moeda	Indexador	Ano vencto.	Valor	
						Contratado	Liberado
366/2015	22/07/2015	Mútuo com SEBRAE Nacional	R\$	TJLP	04 -2022	<u>2.400</u>	<u>2.400</u>
Total						<u>2.400</u>	<u>2.400</u>

O Sebrae Paraíba celebrou empréstimo com o Sebrae Nacional no montante de R\$ 2.296 em 22 de julho de 2015, a ser liberado em 3(três) parcelas, sendo a 1ª parcela no valor de R\$ 1.038, liberada após assinatura do contrato, a 2ª parcela no valor de 691, a ser liberada após execução de 80% do saldo da 1ª parcela, e 3ª parcela no valor de R\$ 567, a ser liberado após execução de 80% da etapa anterior da obra. Através de termo aditivo, foi liberado em agosto de 2017 mais uma parcela no valor de R\$ 104, com isso totalizando R\$ 2.400. O valor contratado será pago em 60 parcelas, corrigidos pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, sendo a primeira com vencimento após carência de 6 (seis) meses, contados a partir da liberação da última parcela do empréstimo. O comprometimento anual da receita advinda da contribuição social ordinária será de no máximo 1,29%.

(b) *Cronograma de amortização da dívida*

Vencimento	Contrato nº 366/2015	
	Valor	%
2016	-	0%
2017	347	13%
2018	553	20%
2019	554	20%
2020	554	20%
2021	554	20%
2022	185	7%

Total 2.747 100%

(c) Quebra de cláusulas contratuais (covenants)

O contrato contém cláusula que estabelece que a não aplicação do recurso na reforma e ampliação da Agência Regional da Campina Grande - PB será motivo de rescisão e os valores remanescentes em débitos serão descontados, de uma só vez, da primeira transferência ordinária a quem tenha direito e que se seguir à inadimplência.

Programa de Demissão Incentivada

	31/03/2018	31/12/2017
Saldo inicial	-	-
Captação	6.027	-
Correção Monetária	66	-
Pagamentos Principal/Juros	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo Final	<u>6.093</u>	<u>-</u>

(a) Termos e condições

Contrato	Data	Modalidade	Moeda	Indexador	Ano vencido.	Valor	
						Contratado	Liberado
777/2017	12/12/2017	Mútuo com SEBRAE Nacional	R\$	TJLP	04-21	6.027	6.027
Total						<u>6.027</u>	<u>6.027</u>

O Sebrae Paraíba celebrou empréstimo com o Sebrae Nacional no montante de R\$ 6.027 em 12 de dezembro de 2017, a ser liberado em parcela única. O valor contratado será pago em 36 parcelas, corrigido pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, sendo a primeira com vencimento após carência de 90 dias, contados a partir da liberação da parcela do empréstimo.

(b) Cronograma de amortização da dívida

Vencimento	Contrato nº 777/2017	
	Valor	%
2018	1.354	22%
2019	2.031	33%
2020	2.031	33%
2021	677	12%
Total	<u>6.093</u>	<u>100%</u>

c. Transações de resultado

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
-----------	------------	------------

Contribuição Social Ordinária (CSO)	12.526	10.896
Contribuição Social Nacional (CSN)	<u>819</u>	<u>1.490</u>
Total	<u>13.345</u>	<u>12.386</u>

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º, inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal chave da Administração:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração	148	139
Benefícios	23	24
Total	<u>171</u>	<u>163</u>

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar – SEBRAEPREV – estão descritos na Nota Explicativa nº 27.

***Layout alterado para padronização das demonstrações no Sistema SEBRAE**

10 Outros créditos*

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Créditos diversos	-	1
Outros valores a receber	<u>23</u>	<u>27</u>
	23	28

***Layout alterado para padronização das demonstrações no Sistema SEBRAE**

11 Ativo imobilizado

A seguir a movimentação do ativo imobilizado em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	Taxa anual de depreciação	Valor em 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Valor em 31/03/2018
<i>Custo contábil</i>	-				
Terreno		1.388	-	-	1.388
Edificações	3,03%	4.949	-	-	4.949
Obras em Andamento		3.571	38	-	3.609
Móveis e utensílios	10,00%	2.506	82	-	2.588
Veículos e acessórios	20,00%	255	-	-	255
Máquinas e equipamentos	12,50%	1.013	25	-	1.038
Equipamentos de informática	20,00%	2.362	20	-	2.382
Total do custo		16.044	165	-	16.209
Total da depreciação acumulada		(5.286)	(159)	-	(5.445)
Total líquido		10.758	6	-	10.764

12 Remuneração e encargos

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de remunerações a empregados e encargos a recolher como segue:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Remuneração a Pagar	305	-
Encargos sociais a recolher	483	541
Consignações a Pagar	179	-
	<u>967</u>	<u>541</u>

13 Obrigações tributárias

As obrigações tributárias correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de obrigações acessórias de retenções de impostos de folha de empregados, terceiros, serviços e outros, conforme segue:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
IRRF S/ Folha	147	315
IRRF S/ Serv. Terceiros	20	48
ISS S/ Receita	7	11
ISS S/ Serv. Terceiros	31	58
INSS S/ Serv. PJ	27	83
PIS/COFINS/CSLL	26	98
PIS S/ Folha	12	18

Contrib. Prev. Terceiros	9	19
Total	279	650

14 Obrigações trabalhistas

	31/03/2018	31/12/2017
Provisão de férias	1.246	2.050
INSS S/ férias	264	435
FGTS S/ férias	100	164
Salário educação s/ férias	31	51
PIS s/ férias	13	20
Provisão de 13º Salário	257	-
INSS S/ 13º Salário	55	-
FGTS S/ 13º Salário	18	-
Salário educação s/ 13º Salário	6	-
PIS s/ 13º Salário	2	-
Total	1.992	2.720

Corresponde às provisões de férias e 13º salário, e seus respectivos encargos sociais pertinentes, constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.

15 Contas a pagar

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:

	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores	302	782
Adiantamento de clientes	435	9
Total	737	791

O saldo demonstrado nesta conta refere-se a despesas não pagas na competência. O prazo médio de pagamento aos fornecedores de materiais e serviços é de 30 dias.

16 Provisões

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/PB como risco "provável" de perda:

	Provisão	
	31/03/2018	31/12/2017
Riscos Trabalhistas	98	98
Riscos Cíveis	-	-
Riscos Fiscais	1.253	894
Total	1.351	992

a. Movimentação das contingências

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	98	-	894	992
Provisões feitas durante o ano	-	-	359	359
Provisões revertidas durante o ano	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2018	98	0	1.253	1.351

As provisões foram constituídas com base no parecer da assessoria jurídica do SEBRAE/PB e determinação da Diretoria.

A Entidade possui cinco ações classificadas com probabilidade de perda possível, com base em seus controles e assessores jurídicos, perfazendo o total de R\$ 632.

17 Patrimônio líquido

	31/03/2018	31/12/2017
Superávit Acumulado	19.250	13.818
Superávit (déficit) do exercício	(835)	5.402
Ajuste Avaliação Patrimonial	3.321	3.352
Total	21.736	22.572

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio social é representado pelos superávits acumulados bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávit acumulado

Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

c. Superávit (déficit) do exercício

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social da Entidade. Neste primeiro trimestre de 2018, o Sebrae PB acumulou um déficit de R\$ (835) em consequência do pagamento de R\$ 4.308 de indenização trabalhista aos funcionários que aderiram ao Plano de Demissão Incentivada.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresenta a contrapartida do custo atribuído a determinados bens do imobilizado, resultado da adoção inicial do CPC 27 - Imobilizado em 2010, que está sendo realizado na proporção dos itens remensurados.

18 Receitas com contribuição social

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
-----------	------------	------------

Contribuição Social Ordinária (CSO)	12.526	10.896
Contribuição Social Nacional (CSN)	<u>819</u>	<u>1.490</u>
Total	<u>13.345</u>	<u>12.386</u>

a. Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

b. Contribuição Social Nacional (CSN)

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para os SEBRAE/UF para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/UF (IN.37.21).

19 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

Descrição	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Treinamentos	170	106
Consultoria	160	568
Feiras	207	360
Palestras	4	8
Empretec	19	18
Adesão a Projetos	1	-
Total	<u>561</u>	<u>1.060</u>

20 Outras receitas operacionais

Descrição	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Recuperação e restituições	29	15
Alugueis	26	26
Reversão de provisões	-	43
Outras Receitas	<u>24</u>	<u>-</u>
Total	<u>79</u>	<u>84</u>

21 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Salário e Proventos	(2.988)	(3.001)

13º. Salário	(339)	(302)
Férias	(446)	(440)
Outros gastos com pessoal	(4.340)	(31)
Encargos Sociais	(1.059)	(1.181)
Benefícios Sociais	(1.280)	(1.198)
Total	(10.452)	(6.153)

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento. O crescimento na rubrica “Outros gastos com pessoal” se deu pelo pagamento de indenizações trabalhistas aos funcionários que aderiram ao Plano de Demissão Incentivada.

22 Despesas com serviços profissionais e contratados

Descrição	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Instrutoria e Consultoria (i)	(778)	(1.558)
Serviços Técnicos e Especializados (i)	(428)	(270)
Manutenção, Segurança e Limpeza (ii)	(462)	(403)
Demais Serviços contratados (iii)	(760)	(727)
Encargos Sociais s/ serv. terceiros	(13)	(16)
Total	(2.441)	(2.974)

- (i) Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos.
- (ii) São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.
- (iii) Representados, substancialmente, por despesas com organização e promoção de eventos, locação de mão de obra e bolsa auxílio de estagiários.

23 Custo e despesa de operacionalização

Descrição	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Despesa de Viagem	(447)	(778)
Alugueis e Encargos	(298)	(396)
Divulgação, Anúncios, Publicidade e Propaganda	(37)	(24)
Serviços Gráficos e de Reprodução	(125)	(119)
Serviço de Comunicação em Geral	(224)	(203)
Materiais de Consumo	(186)	(166)
Demais custo e despesas Gerais	(206)	(175)
Total	(1.523)	(1.861)

Nesse grupo são registrados todos os gastos com alugueis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

24 Encargos diversos

Nesse grupo são registrados os gastos com impostos sobre aplicações financeiras, PIS-folha e taxas diversas.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
ISS	(16)	(23)
IPVA/IPTU	(5)	(36)
PIS	(33)	(36)
Taxas	(2)	(11)
Despesas financeiras	(31)	(29)
Total	(87)	(135)

25 Despesa com provisões


Nesse grupo são registradas despesas com provisões constituídas no exercício de 2018.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Provisões p/ riscos fiscais	(359)	(35)
Provisões p/ perdas diversas	(3)	(4)
Provisão p/ IR	(44)	(60)
Total	(406)	(99)

26 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado financeiro líquido referente aos exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Receitas financeiras		
Rendimentos Recursos Ordinários	211	129
Rendimentos Recursos Próprios	127	209
Outros Rendimentos	17	57
Subtotal	355	395
Despesas financeiras	(32)	(54)
Subtotal	(32)	(54)
Total receita financeira líquida	323	341



27 Benefícios a empregados pós-emprego

30.1 Descrição geral das características do plano

O plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte;
- Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

- Projeção de contribuição em caso de invalidez;
- Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões;
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE /PB contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras.

O total de contribuições reconhecidas como despesas, nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2018, é de R\$ 202, conforme demonstrado a seguir:

Contribuições	31/03/2018	31/12/2017
Básica	95	405
Serviços Passados	3	15
Voluntárias	26	104
Participantes	<u>124</u>	<u>524</u>
Básica	75	325
Benefícios de Risco	3	12
Patrocinador	<u>78</u>	<u>337</u>
Total	<u>202</u>	<u>861</u>



28 Instrumentos financeiros

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez e
- Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento);
- Contas a receber;
- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais;
- Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal ou Banco do Nordeste do Brasil. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito de praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.846	11.480
Créditos a receber	5	1.138	1.217
Numerários vinculados a projetos e convênios	6	2.477	824
Adiantamentos concedidos e outros créditos	7/10	87	537
Convênios e acordos a executar	8	578	578
Créditos com o sistema SEBRAE	9.a	3.611	8.305

***Layout alterado para padronização das demonstrações no Sistema SEBRAE**

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de março de 2018, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir:

Passivos financeiros	Valor em 31/03/2018	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Remunerações e Encargos	967	967	-	-
Obrigações tributárias	279	279	-	-
Obrigações com convênios e contratos	-	-	-	-
Contas a pagar	737	737	-	-
Obrigações trabalhistas	1.992	1.992	-	-
Obrigações com o Sistema SEBRAE	4.299	-	4.299	-

Em 31 de março de 2018 não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

O fluxo de pagamentos a fornecedores mantidos pela Entidade é de 30 dias, não havendo escalonamento dos saldos em aberto por período superior.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4, as

aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade

Conforme disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o SEBRAE/PB desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros da Entidade que estão sujeitos às oscilações nas taxas SELIC, com base nos relatórios de Inflação e de Mercado do Banco Central do Brasil, relativo às aplicações financeiras realizadas nos Fundos BB Milênio, CEF Flex Empresarial e BNB Plus.

Hierarquia do valor justo

A NBC TG 40 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas aos dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Entidade, ao mensurar o valor justo de um passivo.

* * *

Walter Aguiar
Diretor Superintendente

João Monteiro da Franca Neto
Diretor de Administração e Finanças

Luiz Alberto Gonçalves Amorim
Diretor Técnico

João Paulo de Araújo Medeiros
Contador - CRC PB 010917